

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE (RSU) NO BRASIL

Uma revisão sistemática

Tadeu Lavor Filho*, Gabriel Rocha**, Larissa Nunes*, Rochelly Holanda*,
Luís Fernando Benício*, Ítalo Chaves***, Helena Pereira** & Luciana Miranda*

* Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ce, Brasil.

** Departamento de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ce, Brasil.

*** Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ce, Brasil.

Resumo: Este estudo objetiva discutir os usos do conceito de responsabilidade social da universidade (RSU), colocando em análise como a RSU tem sido abordada na literatura científica brasileira. Metodologicamente, o estudo se trata de uma revisão sistemática (RS) operacionalizada na Plataforma de Periódico Capes referente a produção de artigos científicos dos últimos dez anos (2010-2019) no Brasil. Sob o método PRISMA de RS, foram incluídos 12 artigos na análise final. Os resultados foram sistematizados em quatro eixos: 1) o conceito de RSU é polissêmico e fragmentado, e está associado com práticas de gestão de governança corporativa e modelo *stakeholders* de decisão compartilhada; 2) a RSU nas universidades brasileiras é amplamente difundida por meio das políticas universitárias de extensão na relação universidade-sociedade; 3) Percebe-se que os processos mercadológicos e de gestão têm retido interesses neoliberais com relação à RSU na prática cotidiana; por último, 4) A RSU no Brasil se destaca pelas suas políticas de ações afirmativas e de inclusão.

Palavras-chave: responsabilidade social da universidade, Brasil, governança corporativa, função social

THEORETICAL-EMPIRICAL EVIDENCE NOTES ON UNIVERSITY SOCIAL RESPONSIBILITY (RSU) IN BRAZIL: A SYSTEMATIC REVIEW

Abstract: This study aims to discuss the use of the university social responsibility (RSU) concept, putting into analysis how this concept has been treated in Brazilian scientific literature. Methodologically, the study is a systematic review (RS) operationalized on Capes Periodical Platform referring to scientific articles production from the last ten years (2010-2019) in Brazil. Under the PRISMA methodology of RS, 12 articles were included. The results show that: 1) the RSU concept is controversial and fragmented,

Correspondência: Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Av. da Universidade, 2762, Benfica – CEP: 60.020-180 – Fortaleza/CE – Área 2 do Centro de Humanidades – Bloco Didático Prof. Ícaro de Sousa Moreira. Email: tadeulucaslf@gmail.com

and is associated with corporate governance management practices and the stakeholders' model of shared decision making; 2) RSU in Brazilian universities is widely disseminated through university extension policies in the university-society relationship; 3) It is noticeable that marketing and management processes have retained neoliberal interests towards RSU in daily practice; finally, 4) RSU in Brazil stands out for its affirmative action and inclusion policies.

Keywords: university social responsibility, Brazil, corporate governance, social function

NOTES DE PREUVE THÉORIQUE-EMPIRATOIRE SUR LA RESPONSABILITÉ SOCIALE DES UNIVERSITÉS (RSU) AU BRÉSIL: UN EXAMEN SYSTÉMATIQUE

Résumé: Cette étude vise à discuter l'usage du concept de responsabilité sociale de l'université (RSU), en analysant la façon dont ce concept est traité dans la littérature scientifique brésilienne. L'étude est une revue systématique (RS) réalisée dans la Plateforme de Périodiques CAPES, qui se réfère à des articles scientifiques des dix derniers ans (2010-2019) au Brésil. Dans le cadre de la méthode PRISMA de RS, 12 articles ont été inclus. Les résultats sont: 1) Le concept de RSU est controversé et fragmenté; 2) Le RSU dans les universités brésiliennes est largement diffusé par le biais des politiques d'extension des universités dans la relation université-société; 3) Il est connu que les processus de commercialisation et de gestion ont maintenu les intérêts néolibéraux en matière de RSU dans la pratique quotidienne; finalement, 4) Les travailleurs migrants au Brésil se distinguent par leurs politiques de discrimination positive et d'inclusion.

Mots-clés: responsabilité sociale des universités, Brésil, gouvernance d'entreprise, fonction sociale

Introdução

Este estudo objetiva discutir os usos do conceito de responsabilidade social da universidade (RSU), colocando em análise como a RSU tem sido abordada na literatura científica brasileira. Ancoramos nossa problemática nos estudos de Ribeiro e Magalhães (2014), Nascimento et al. (2015), Felipe e Gomes (2014), Silva (2015) e Marco e Sarmiento (2019), que abordam a necessidade de uma análise ampliada da RSU no cotidiano das práticas de gestão, relações interpessoais, do bem-estar subjetivo nas instituições de ensino universitário e, com isso, tornar profícuo o fomento de práticas de promoção social, cultural, desenvolvimento sustentável, econômico e de inclusão social por meio de ações afirmativas.

A RSU tem ganhado espaço de discussão em diversos contextos nacionais e internacionais. No Brasil, especificamente, instituições universitárias públicas e privadas se manifestam favoráveis à prática de uma efetiva aplicação da RSU em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão (Marco & Sarmiento, 2019). Ao problematizarmos a relação universidade e contexto social,

partimos do entendimento da universidade como uma instituição, sendo ela, segundo Rodrigues e Souza (1987), um produto histórico de uma sociedade que (re)produz relações sociais e se instrumentalizam em estabelecimentos e/ou dispositivos. Nesse exercício, discutir criticamente o papel social da universidade é compreender que a sociedade constrói a universidade e a universidade constrói a sociedade. Nesse sentido, a RSU é parte da função social e política da formação desse ensino, sendo inclusive um vetor da produção de impactos de desenvolvimento regional e nacional.

Para Sobrinho (2018), ao pensarmos o papel social da universidade, deparamos-nos com uma leitura hegemônica de que a universidade tem como fim, ou finalidade, a formação de recursos humanos. Porém, em consonância a esse fomento universitário e seus impactos na sociedade, não nos questionamos que tipo de formação tem sido construída/desejada para atender a uma suposta necessidade do social. Faz-se importante ressaltarmos que o uso do social tem sido captado pelo mercado. Nossa análise perpassa pelo entendimento de que há em um curso uma racionalidade político-econômica que funda e atualiza as relações humanas, de modo que atualmente o neoliberalismo, como ordem geopolítica, corrobora para a produção de indivíduos empreendedores de si (Silva & Silva, 2020), na qual a Universidade tem sido um espaço de disputa e de formação desse discurso empresarial – afinal moralidade e mercado andam de mãos dadas nesse atual sistema político (Brown, 2019).

Na contramão da racionalidade mercadológica, a responsabilidade social, segundo Medeiros Júnior (2004), seria um tipo de compromisso contínuo com a vida humana dentro de uma dimensão ética. Ao assumir essa postura, a universidade necessita ser entendida como bem público. Ou seja, aquela que contribui com o desenvolvimento econômico, mas também com práticas de justiça social. Nesse prisma, a produção de conhecimento científico e tecnológico precisa ser orientada pela necessidade da realidade do povo. Nesse sentido, Sobrinho (2018) descreve que a formação deve ter como referencial os valores da democracia para que, sendo universal, possa respeitar a cultura plural e as diferenças sociais.

A origem das universidades é de difícil concordância, alguns autores levam em consideração os registros e marcas da universidade no ano 387 antes de Cristo na era helênica, quando Platão criou a Academia na Grécia antiga, mais tarde Alexandria no Antigo Egito e a Al-Karaouine em Marrocos (Bortolanza, 2017). Contudo, foi no período da Idade Média que universidades mais clássicas, como as que temos atualmente, surgiram na Europa: em seus primórdios estavam restritas ao ensino religioso. Em seu caráter acadêmico e institucional, o surgimento das universidades europeias iniciou o ensino tradicional por professores que passaram a lecionar disciplinas de “estudos universais”, daí o nome Universidade. Os séculos XII, XIV e XV são marcados pelo avanço de universidades na Europa, consolidando assim o poder e o prestígio pela educação (Simões, 2013).

No Brasil, o processo de implantação do sistema educacional teve influência europeia, sobretudo após a chegada da família real portuguesa. Assim foram fundadas, em 1808, as Escolas de Direitos de Olinda, de Medicina em Salvador e de Engenharia no Rio de Janeiro (Simões, 2013). Contudo, o ensino “superior” brasileiro foi precedido de Escolas de Formações (Simões, 2013). É importante destacar que o surgimento do ensino universitário no país tem em suas origens o modelo de natureza profissionalizante com o intuito de atender os filhos de aristocratas que não tinham mais acesso fácil às universidades europeias. Deste modo, em 1968 (até hoje) instaura o sistema educacional de universidades no Brasil (Bortolanza, 2017).

Diante dessa explanação, faz-se de mais fácil compreensão entender a a-criticidade e o foco na profissionalização de mão-de-obra nas instituições de ensino superior (IES). Segundo Garcia e Torres (2016), ao pensarem o compromisso social das IES no Brasil, demarcam um processo mais tardio, complexo e desafiador visto que, desde a chegada dos colonizadores em nosso país, não se tinha a intenção de estimular ou implantar qualquer tipo de educação crítica. Para Teixeira (1976), a implementação do ensino superior no Brasil aconteceu dentro de um processo demorado, pois, enquanto colônias espanholas da América Latina iniciavam seu processo de educação superior, nosso país começou a ter IES somente após o século XIX. Para Coelho e Vasconcelos (2009), qualquer iniciativa de implementação das universidades estava conectada com os interesses políticos de um grupo seletivo de ingressantes no ensino universitário, além de serem modelos referenciados pelas universidades europeias.

É válido destacar nessa leitura sócio-histórica, conforme sinalizado por Sobrinho (2018), que, ao contrário dos seus primórdios, atualmente as universidades públicas brasileiras, ainda que não homoganeamente, têm produzido um conjunto de práticas implicadas com nossa sociedade. Materializa-se, nesse reconhecimento, trabalhos em hospitais do sistema público; em escolas; em programas de inclusão em benefício de indivíduos em contextos de vulnerabilidades; pesquisas de alta complexidade e atualidade; desenvolvimento do complexo ciência-tecnologia-inovação; e implementação das políticas de cotas raciais e sociais como uma equiparação social do povo negro e pobre no acesso a formação de ensino superior (Souza & Brandalise, 2015). Contudo, a universidade ainda é um espaço de disputas de interesses, cabendo também ao espaço da universidade garantir o direito ao ensino de todos/as, revertendo um processo de exclusão e de desigualdade provocado pela elite brasileira (Sobrinho, 2015).

Nesse sentido, ao analisarmos os usos da RSU da literatura científica brasileira, pretendemos discutir um conjunto de práticas que são experimentadas no cotidiano das universidades. Tal exercício poderá contribuir para o fortalecimento do conceito na sua diversidade de implementação, destacando desafios e potencialidades. Além disso, desde a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei n.º 10.861/04 e regulamentado pela Portaria n.º 2.051/04, que o termo RSU ganhou notoriedade por ser um eixo de avaliação

de qualidade das universidades. Essa avaliação está organizada em cinco eixos e, dentre eles, o eixo de Desenvolvimento Institucional, tendo como dimensão central avaliativa a responsabilidade social da instituição. Portanto, a responsabilidade social passou a ser exigida em IES, públicas ou privadas, como critério avaliativo e medidor de qualidade.

Por isso, ainda com vias de justificativa e relevância no que consiste ao eixo da responsabilidade social e institucional universitária no Brasil, torna-se importante discutirmos sobre tal conceito, posto que não podemos confundir ações voltadas para responsabilidade social com assistencialismo, filantropia ou meramente com a extensão universitária sem suas dimensões ético-políticas na formação acadêmica e da IES. É necessário compreender que a função social e de responsabilidade das IES devem perpassar pelo comprometimento com a formação de pessoas para com as estruturas políticas, econômicas, sócio-históricas e com a dignidade humana, contribuindo assim para a diminuição do abismo do acesso às minorias sociais aos seus direitos sociais. Tanto a noção de responsabilidade social, como a de qualidade educacional devem ser postas em análise, pois trata-se de conceitos polissêmicos e historicamente modificados de acordo com as relações de poder político-econômico que permeiam a educação.

Percurso metodológico

Metodologicamente, o estudo se trata de uma revisão sistemática (RS) operacionalizada na Plataforma de Periódico Capes referente à produção de artigos científicos dos últimos dez anos (2010-2019) no Brasil. A escolha dessa plataforma se justifica pela recuperação de manuscritos indexados em várias bases de dados *online*, bem como garantir que os periódicos selecionados possuem extrato de avaliação qualitativa analisados por agência de ensino superior federal. Os/as autores/as utilizaram a ferramenta *CAFe-Comunidade Acadêmica Federada* para acessar as bases, algumas delas pagas. Contudo, este acesso institucional viabilizou a busca integralmente. Em relação ao percurso metodológico, escolhemos desenvolver uma RS em virtude de ser um método que auxilia na construção de análises sintéticas do fenômeno pesquisado, além de ter uma sistematização que favorece uma avaliação transparente, objetiva e replicável. A RS exige processos sistêmicos rigorosos e reproduzíveis, mas pode variar entre etapas de recuperação dos artigos. Entre várias possibilidades de execução, operámos com o protocolo PRISMA (Donato & Donato, 2019).

Por meio do guia PRISMA de revisão sistemática (Costa & Zoltowski, 2014; Galvão et al., 2015; Sampaio & Mancini, 2007), realizámos os seguintes passos para a submissão do estudo: 1) definição de uma questão norteadora; 2) coleta de estudos e evidências; 3) revisão do material e definição de critérios de exclusão/inclusão; 4) análise dos estudos selecionados; 5) apre-

sentação das considerações finais sobre a revisão sistemática. Como 1.^a etapa, a nossa intencionalidade de análise esteve delimitada em pesquisas e produções teóricas em contextos brasileiros. A partir disso, definimos como perguntas norteadoras de nossa investigação as seguintes questões: Que usos do conceito de RSU têm sido tematizados na literatura científica? E quais evidências teóricas e empíricas são discutidas na literatura científica acerca do conceito de RSU?

Orientados no método PRISMA, na 2.^a etapa definimos os descritores e o uso do operador booleano “AND” em nossa consulta. Foram recuperados 458 artigos e incluídos para leitura de títulos e resumos o quantitativo de 395 estudos “revisados por pares” [*double-blind-peer-review*] cuja estratificação foi realizada pela Plataforma Capes. O critério inicial de recuperação foram estudos publicados em idiomas português, inglês e espanhol no recorte temporal 2010-2019. A escolha do recorte de 10 anos se justifica pelo marco temporal do início e da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI – 2007/2010) que, dentre várias contribuições, ampliou o acesso e a permanência na educação superior.

Os descritores atribuídos para a investigação, a partir do nosso interesse de investigação sobre a temática de RSU, foram: I) Responsabilidade Social da Universidade; II) Responsabilidade Social; III) Brasil; IV) Ensino Superior; V) Diversidade; VI) Equidade; VII) Inclusão. As bases de dados recuperadas na investigação, e cujos estudos estão indexados, são: *OneFile* (GALE), *ScieELO*, *Public Health SciELO*, *SciELO Brazil*, *Dialnet Directory of Open Access Journals*, *Scopus* (Elsevier), *Web of Science*. Na tabela abaixo informamos o quantitativo de estudos recuperados a partir das combinações dos descritores.

TABELA 1
Artigos recuperados a partir da busca de descritores (2010-2019)

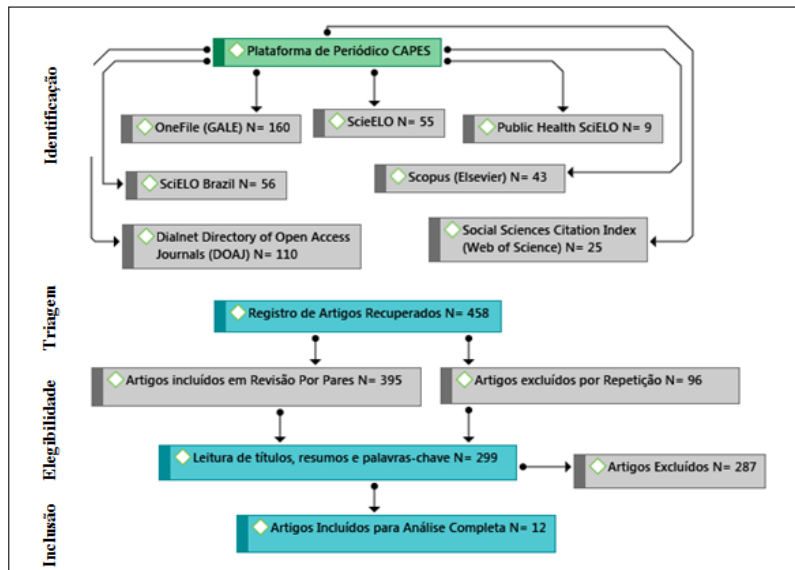
Descritores e operador booleano operacionalizado	Artigos recuperados	Revisados por pares	Incluídos na pré-análise
“Responsabilidade Social da Universidade”	13	11	11
“Responsabilidade Social da Universidade” AND “Brasil”	6	6	6
“Responsabilidade Social” AND “Ensino Superior”	424	365	365
“Responsabilidade Social da Universidade” AND “Ensino Superior”	5	4	4
“Responsabilidade Social da Universidade” AND “Diversidade”	3	3	3
“Responsabilidade Social da Universidade” AND “Equidade”	4	3	3
“Responsabilidade Social da Universidade” AND “Inclusão”	3	3	3
Total	458	395	395

Fonte: Coleta realizada na Plataforma de Periódico Capes (Brasil, 12 de outubro de 2020).

Após a busca, seguimos a execução do 3.º passo, que consistiu na revisão do material e definição dos critérios de exclusão/inclusão. Além dos critérios iniciais de idiomas, escritos revisados por pares e exclusão de materiais repetidos, foram aplicados critérios de exclusão durante a leitura de títulos, resumos e palavras-chave. Nesta etapa foi necessária a operacionalidade de dois/duas juízes/as para leitura e preparação da separação dos estudos. Para incluir os estudos finais e posterior tratamento analítico da RS, foram excluídos os estudos a partir dos seguintes critérios: a) Não tratavam de estudos situados ou em relação ao contexto brasileiro; b) Não apresentam nenhuma relação direta ou indireta com o termo “Responsabilidade Social da Universidade”; c) Materiais de outras naturezas, como resenhas, editoriais e capítulos de livro, uma vez que a Plataforma Capes pode recuperar essas outras modalidades por inconsistências no sistema. Após a leitura dos/as dois/duas juízes/as, houve a necessidade de um/a terceiro/a juiz/a para realizar o desempate das divergências entre os artigos que ora estavam incluídos e excluídos. Os/as juízes/as foram selecionados/as com base em seu percurso acadêmico e profissional. Os/as três avaliadores/as são pesquisadores/as com mestrado, doutorado em andamento e publicação em método de revisão sistemática. Com isso, foram incluídos 12 artigos científicos para mensuração analítica de seu conteúdo. Detalhamos a processualidade de recuperação e a elegibilidade dos critérios de inclusão e exclusão do *corpus* final de análise no diagrama da Figura 1.

FIGURA 1

Fluxo de recuperação e elegibilidade dos estudos de análise da revisão sistemática



Fonte: Elaborado pelos/as autores/as (2020).

Resultados: descrição dos estudos

No 4.º passo iniciámos a tabulação descritiva dos estudos recuperados. A seguir, é visualizado na Tabela 2 os 12 artigos que compõem o *corpus* final desta revisão sistemática. Em relação ao campo de estudo, identificou-se que 66,6% são trabalhos empíricos (N=8) e 33,3% são teóricos (N=4). Nos resultados de idiomas, 11 estudos estão originalmente em português e apenas 1 em inglês, todos com filiação institucional de autores/as brasileiros/as. Também houve a estratificação regional da filiação institucional dos/as autores/as, tendo como resultado: Sudeste (n=7), Sul (n=4), Nordeste (n=1), Norte (n=0) e Centro-oeste (n=0). Os artigos selecionados advêm de periódicos de diferentes áreas do conhecimento, a saber: Gestão e Administração Pública e de Empresas (n=5), Interdisciplinar (n=2), Educação (n=4), e Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas (n=1). Para detalhar os artigos, os identificámos pelos títulos, autorias, periódicos e anos de publicação. Seguindo a sequência da enumeração de apresentação do *corpus* final, na Tabela 3 apresentamos as categorias de enredo dos artigos selecionados, a saber: aporte teórico, objetivo do estudo, ferramentas metodológicas e campos temáticos.

TABELA 2
Banco de dados da revisão sistemática de literatura

Número	Título	Autores	Periódico	Ano
1	Indicadores de responsabilidade social: uma proposta para as instituições de ensino superior	Lohn	Revista Gestão Universitária na América Latina	2011
2	Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco	Calderón, Pedro, & Vargas	Interface – Comunicação, Saúde, Educação	2011
3	Governança corporativa, responsabilidade social corporativa: a visão de atores de uma instituição de ensino superior – IES federal	Nogueira, Garcia, & Ramos	Revista Gestão Universitária na América Latina	2012
4	Desafios da inclusão de pessoas com deficiência: um projeto de responsabilidade social da Universidade Federal de Santa Catarina	Jacobsen et al.	Revista Gestão Universitária na América Latina	2015
5	Crises da universidade e responsabilidade social	Santos Filho	Revista Internacional de Educação Superior	2015
6	Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura	Aguiar	Revista de Sociologia e Política	2016
7	Extensão universitária como responsabilidade social: análise de uma prática	Lorandi	Eventos Pedagógicos	2016

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

Número	Título	Autores	Periódico	Ano
8	Valorização do tema “responsabilidade social” em instituições de ensino superior? Análise de cursos de administração no estado do Rio de Janeiro	Serao et al.	Cadernos EBAPE.BR	2017
9	Qualidade da educação superior e a responsabilidade social	Menegat, Marco & Sarmento	Roteiro	2018
10	Universidade e mercado de trabalho: a trajetória social dos alunos cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da UERJ	Barros	Em Pauta	2019
11	Social responsibility information in the stakeholders' perspective: case study in a Brazilian philanthropic higher education organization	Seibert & Macagnan	Journal of Information Systems and Technology Management	2019
12	Projeto de extensão no ensino superior como prática de responsabilidade social	Lima, Neto, & Pompeu	Revista de Gestão e Avaliação Educacional	2020

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as em novembro de 2020.

TABELA 3
Artigos selecionados e suas especificidades de enredo

Estudo	Objetivo do estudo	Áreas do Conhecimento dos Artigos
1	Apresentar uma proposta de indicadores de responsabilidade social para instituições de ensino superior, aplicáveis às universidades, com objetivo de avaliar o grau de sustentabilidade e impacto em termos sociais, econômicos e ambiental.	Relações de trabalho; formação/supervisão; corporativo
2	Aborda, especificamente, o conceito de responsabilidade social do ensino superior à luz das conferências mundiais sobre a educação superior de 1998 e 2009, promovidas pela Unesco.	Estudos históricos/ /teóricos; formação/ /supervisão;
3	Investigar, junto a uma IES pública, em que aspectos a sua gestão se aproxima dos elementos componentes da governança corporativa e suas relações com a responsabilidade social da instituição.	Corporativo
4	Analisar a atuação da Universidade Federal de Santa Catarina, no âmbito da responsabilidade social, para promover a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho, tendo como foco principal os servidores da instituição.	Inclusão de PcD na universidade
5	Indagar sobre a repercussão de crises recentes da universidade na sua missão e responsabilidade social e, a partir dessa reflexão, propor caminhos para a consolidação dessa responsabilidade.	Questões étnico-raciais; formação/supervisão;
6	Analisar as principais políticas para o setor privado de educação superior adotadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva	Direitos humanos

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

Estudo	Objetivo do estudo	Áreas do Conhecimento dos Artigos
7	Analisar a experiência de extensão em um Centro de Informações sobre Medicamentos como estratégia pedagógica para formação de profissionais da saúde como promotores/as da educação em saúde, com ênfase no curso de Farmácia.	Saúde (atenção básica); formação/supervisão
8	Analisar o nível de valorização do tema “responsabilidade social” em cursos de administração vinculados a instituições de ensino do estado do Rio de Janeiro, por meio da percepção de coordenadores/as de cursos, alunos/as e de entidades estudantis que promovem práticas sociais.	Relações de trabalho; formação/supervisão; corporativo
9	Discutir sobre responsabilidade social	Relações de trabalho; corporativo
10	Relacionar educação e trabalho como forma de investigar as trajetórias sociais e as experiências de ex-estudantes de cotas da Faculdade de Serviço Social da UERJ, no contexto de crise estrutural do capital.	Questões étnico-raciais; relações de trabalho
11	Identificar as informações de responsabilidade social do <i>stakeholder</i> de interesse para a divulgação de uma organização de ensino superior filantrópica.	Corporativo
12	Verificar a percepção dos pais ou responsáveis quanto à evolução física, emocional e social, das crianças e jovens participantes do projeto “Natação para pessoas com deficiência” e averiguar a percepção da coordenadora com relação ao projeto de extensão “Natação para pessoas com deficiência” em uma instituição superior privada.	Saúde: pessoas com deficiência

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as em novembro de 2020.

Discussão

Similitudes e dessemelhanças conceituais de RSU

Lohn (2011) traz que o autodiagnóstico da responsabilidade social nas empresas abrange dilemas e peculiaridades de cada setor, apresentando versões de indicadores *ethos* para setores específicos, como mercado (financeiros; mineração; papel e celulose; construção civil; transporte de passageiros terrestres; petróleo e gás; panificação; restaurante e bar; varejo), não existindo ainda indicadores específicos para IES. Esses indicadores *ethos* colocados pela autora são como um elo entre os modelos explicativos da teoria e a evidência empírica dos estudos sociais em observação. Pragmaticamente, pode-se dizer que o indicador de responsabilidade social é um instrumento operacional para monitorar a realidade social, para fins de reavaliação e intervenção na política de gestão da organização em estudo.

No estudo de Nogueira et al. (2012) é apresentado o conceito de RSC – Responsabilidade Social Corporativa que, articulada ao conceito de Governança Corporativa (GC), correlaciona modos de gestão de administração com decisões compartilhadas com mínimas simetrias hierárquicas. A responsabilidade social é convocada como um conceito mais amplo, imbuído de questões sociais, de sustentabilidade e de integração de interesses em comum pela instituição, além da medição do seu impacto na sociedade. Este conceito não é explorado de forma enfática, como os demais conceitos supracitados, ficando fragmentado sua explicação ao longo do artigo, bem como no estudo de Lorandi (2016). Em suma, o conceito de RSU é apresentado para operacionalizar a sustentabilidade, a filantropia e o desenvolvimento da cidadania de forma inter-relacionada, para pensar a atuação e os valores da universidade e de quaisquer outras instituições.

A relação de uma perspectiva de RSU muitas vezes está condicionada a uma atribuição de GC, sobretudo entendendo que os processos de gestão são fundamentais para desenvolver políticas e atitudes de responsabilidade social. Como apresentam Nogueira et al. (2012) e Serao et al. (2017), a GC é bastante presente nos meios acadêmicos, governamentais e instituições internacionais. Sobretudo, tem relação de equilibrar a competitividade e produtividade da instituição. A GC opera nos processos de decisões compartilhadas nos processos e é também um modo de fazer uma gestão compartilhada de responsabilidades e decisões institucionais e de cultura organizacional. Por isso, existem dois tipos de GC: o modelo *stakeholders* (pautado na decisão compartilhada) e o modelo *stewardship* (pautado em diferentes relacionamentos de cargos assimétricos e hierárquicos). Sendo preservados os princípios básicos de GC, a saber: transparência; equidade; prestação de contas; e responsabilidade corporativa.

Quando se analisa o proposto pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), observa-se que ela trata de um conceito denominado Responsabilidade Social do Ensino Superior (RSES) que, embora não seja legalmente colocado dentro da legislação, pode ser utilizado como um referencial de avaliação da responsabilidade social das IES tendo em vista sua contribuição para o desenvolvimento regional, social, sustentável e cultural de um território. Calderón et al. (2011) afirmam que a RSES pode ser entendida como cumprimento das atividades historicamente construídas da universidade (ensino, pesquisa e extensão universitária) e diz respeito a uma visão pragmática que, numa perspectiva weberiana, poderia ser considerada isenta de qualquer opção política ou juízo de valor, isto é, em prol ou contra a defesa dos interesses de determinados grupos sociais.

Essas aproximações entre conceitos resultam em diferentes interpretações de aplicabilidade dentro dos processos de gestão e de desenvolvimento social das universidades. A responsabilidade social sustenta uma perspectiva ética e de mudança cultural dos processos institucionais e do fortalecimento do bem-estar em geral. Este conceito, também associado a uma visão compe-

titiva, tende a evoluir positivamente os índices avaliativos da instituição. Em especial no Brasil, autoras como Nogueira et al. (2012) sintetizam essas movimentações de gestão no contexto brasileiro, reconhecendo que o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – instituído pelo Governo Federal do Brasil em 2007) foi um fator/política de RSU para a sociedade. O modelo de governança que prevalece nas universidades brasileiras é baseado no *stakeholders* e a GC busca contribuir com ética, transparência e responsabilidade social. O REUNI permitiu um aperfeiçoamento em todas as esferas de extensão, ensino e pesquisa das universidades públicas. Embora timidamente, as políticas públicas são vetores do Estado na manutenção de uma responsabilidade social efetiva nas universidades (Aguiar, 2016).

Reflexão sobre as políticas universitárias de extensão na interface universidade-sociedade

Por meio da literatura analisada, a extensão universitária é apontada como importante recurso à prática de RSU, posto que, no âmbito educacional, formação cultural, profissional e acadêmica coincidem entre si e complementam-se na discussão sobre o propósito das universidades na discussão e na solução de problemas da realidade social. Parte do papel da RSU é sua função no enfrentamento à permanência de arranjos que privilegiam os interesses das classes dominantes, promovendo envolvimento das IES na solução e mobilização institucional a serviço de parcelas sociais em situação de vulnerabilidade (Santos Filho, 2015). A RSU vai ao encontro da promoção de mudanças comportamentais e do desenvolvimento de projetos para incentivar a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual (Lohn, 2011).

Compreendendo o conceito de responsabilidade social como ações institucionais que visam o comprometimento ético da referida organização com a comunidade (Menegat et al., 2018), a implementação das diretrizes e do Plano Nacional de Extensão implementada na política pública de 2012 é apontada por Santos Filho (2015) como marco significativo na orientação das práticas da RSU no Brasil. Lima et al. (2020) destacam o papel da extensão no atravessamento dos muros da universidade até ocupar o lugar de contato direto com a sociedade para promoção de trocas de experiências interdisciplinares e resolução de problemas a partir da demanda social.

Os projetos de extensão universitária tornam-se uma das vertentes possíveis para a potencialização da RSU, somando-se às práticas de ensino e pesquisa, desenvolvidos em perspectiva multidisciplinar e com abordagens distintas, tendo como objetivo comum promover melhorias sociais para o coletivo (Menegat et al., 2018). Para que a gestão de uma IES possa ser considerada socialmente responsável, é necessário que a organização observe as dificuldades do coletivo e promova discussões e intervenções capazes de contribuir para superação dos seus pro-

blemas (Lima et al., 2020). Nogueira et al. (2012, p. 239) acrescentam que tais compromissos das instituições com a sociedade vão “desde o atendimento às demandas nas áreas de competência da IES, passando pela busca por respostas às necessidades das populações, como, também, a preocupação com a formação e o futuro dos cidadãos”.

Dessa forma, o engajamento das IES ocorre por meio da centralidade de quatro processos: gestão, docência, pesquisa e extensão universitária (Menegat et al., 2018). Especificamente sobre este último, atividades extensionistas fazem parte da análise que atribui sentido ao conceito de RSES, conferindo à universidade atribuições pela responsabilidade social a que está incumbida, transcendendo a geração de conhecimento e estabelecendo resultados para o seu desenvolvimento social (Lorandi, 2016).

Em perspectiva voltada ao âmbito organizacional, Lima et al. (2020) afirmam que a contribuição da extensão universitária é um dos importantes indicadores que apontam como atividades de responsabilidade social e reforçam a reputação e a legitimidade da organização, evidenciando a importância da preocupação com questões ligadas à inclusão social. Além disso, Jacobsen et al. (2015) salientam a importância de políticas afirmativas, de permanência e integração para pessoas com deficiência e/ou acessibilidades dificultadas. Compreende-se, portanto, a extensão como dispositivo para materializar a RSU. Contudo, a RSU não deve se limitar a ações de cunho assistencialista, filantrópicas ou com a extensão universitária.

Atravessamentos mercadológicos e de gestão na crise do ensino universitário

A compreensão de crises no âmbito do ensino universitário demanda uma reflexão histórica. A partir dos anos 1960, as universidades em diversos contextos socioeconômicos, seja em países desenvolvidos, seja em países em desenvolvimento, entraram em crise, especialmente por suas inadequações ao enfrentamento de percalços políticos, sociais, culturais e econômicos da contemporaneidade. As três principais crises são identificadas por Boaventura Sousa Santos como crises de hegemonia, de legitimidade e institucional, que integram a discussão sobre a Responsabilidade Social na Universidade (Santos Filho, 2015).

A partir da revisão sistemática realizada aqui, é perceptível que a noção de RSU está ligada a questões sócio-econômicas. No contexto corporativo, a responsabilidade social é oriunda dos Estados Unidos e da Europa desde meados de 1950 posto que, nesse período e nesses países, estudos apontavam para os efeitos “colaterais” do liberalismo econômico e sua forma de exploração desenfreada. Essas reflexões foram produzidas por críticos ao modelo econômico vigente e por ambientalistas preocupados com o consumo dos recursos naturais, sobretudo em reuniões gerais das Organizações das Nações Unidas (ONU). Desse modo, novas análises quanto ao desen-

volvimento sustentável e empresarial são feitas, e a ideia de um desenvolvimento econômico sustentável ganha notoriedade a partir da noção de responsabilidade social (Menegat et al., 2018).

Os estudos apontam para a importância de desenvolver, ainda na graduação, estudantes capazes de atuar com a RSC ou Responsabilidade Social e Ambiental, sobretudo em cursos de administração, preocupados com o crescimento das empresas e com a diminuição das desigualdades, possibilitando inclusão social e com foco no meio ambiente (Jacobsen et al., 2015; Seroa, et al., 2017). Nesse sentido, Calderón et al. (2011) pontuam que a RSU se configura como uma estratégia possível no combate ao mercantilismo da globalização neoliberal ao apropriar-se de questões sociais, de desenvolvimento humano e cidadania, solucionando problemas concretos da sociedade.

No Brasil, esse fenômeno se fortalece com a promulgação da Constituição de 1988 e sua aproximação entre Direitos Humanos e direitos ao meio ambiente ecologicamente sustentável, crescendo assim a noção de sustentabilidade e responsabilidade social (Menegat et al., 2018). Desse modo, a responsabilidade social empresarial faz parte do desenvolvimento sustentável. Então, uma empresa preocupada com a sustentabilidade, trata-se de uma empresa alinhada com a responsabilidade social e ambiental. Além disso, são empresas que também têm atenção voltada a

inserção de valores, condutas e procedimentos, que induzem à melhoria de vida dos funcionários e seus familiares e ainda o desenvolvimento sustentável da comunidade no qual está inserido, a fim de pensar na sustentabilidade das gerações futuras a médio e longo prazo. (Lohn, 2011, p. 114)

No âmbito atual dos ambientes corporativos, as empresas buscam um desenvolvimento econômico sustentável à medida que também fortalecem a imagem da instituição (*marketing*), sobretudo no cenário internacional (Lohn, 2011). Em sua dimensão social, busca-se “conduzir os negócios de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social” (p. 114), ou seja, pela promoção de práticas de responsabilidade social, as empresas podem gerar benefício à sociedade, à própria empresa, aos/às seus/suas funcionários/as e à sociedade em geral (Seroa et al., 2017). Isso ocorre, segundo Seibert e Macagnan (2019), por um “contrato social” em que, na base desse acordo, pressupõe uma troca mútua em que a organização obtém os recursos necessários, transforma-os em matéria/produto e, em contrapartida, o recurso retorna para a sociedade com um valor agregado.

Especificamente referente a IES, o conceito de RSU enfoca na gestão e seu entrelaçar à noção de RSC por se tratar de um espaço de desenvolvimento e de formação profissional. Nota-se importante promover debates que promovam valores de cidadania, cuidado com o meio ambiente e com a promoção social (Lima et al., 2020). Deste modo, para ser considerada uma IES com ênfase na RSU, é necessário que aquela faça uma análise das dificuldades sociais e proponha

soluções, intervenções ou discussões que corroborem para a solução dos problemas e contribuam para o enfrentamento destes. Santos Filho (2015) pontua que esse é, sobretudo, um papel histórico das universidades onde, desde as décadas de 1970 e 1980, atuam de forma ativa, com pesquisas científicas e tecnológicas no desenvolvimento de soluções e combate a crises.

Ainda na perspectiva de Santos Filho (2015), visando cumprir a missão de servir a sociedade, os diálogos da universidade não devem se limitar às empresas, mas incluir, sobretudo, a comunidade e os grupos comunitários. O autor sugere que as universidades se reúnam para discutir e promover reformas curriculares pautadas na responsabilidade crítica e social, através de cursos sobre responsabilidade cívica e social, sobre democracia e injustiças sociais, ou exigir dos/as estudantes engajamento social por meio de trabalhos voluntários na comunidade.

Além disso, a literatura estudada aponta para a necessidade de um olhar crítico quanto ao fortalecimento das políticas neoliberais que colocam a economia acima da manutenção sustentável do mundo. Isso decorre do avanço do neoliberalismo, das noções de sujeito empresarial e empreendedor de si e de mercantilização do ensino universitário no Brasil – mas não só: parece impulsionar a formação de oligopólios (grandes empresas privadas que mantêm o monopólio da educação universitária), produzindo assim uma desnacionalização da educação, acriticidade nos currículos acadêmicos, distanciados da ideia da educação como possibilidade emancipatória e de formação da dignidade humana e profissional (vistos agora como clientes-consumidores; Chaves, 2010).

O papel da RSU nas políticas de ações afirmativas e de inclusão

O debate sobre a RSU nas políticas de ações afirmativas construído aqui chama atenção para uma produção eminentemente brasileira. No país, a discussão sobre RSU se relaciona à dimensão de desigualdades sociais, sobretudo do ensino, evidenciando assim o marco da implementação de ações afirmativas no país como enfrentamento aos processos que ampliam vulnerabilidades (Barros, 2019). Ao falarmos de tais políticas, marcamos discursivamente o conjunto de lutas que as produziram. Para acompanharmos tais discussões, nesta revisão, deparamo-nos com a necessidade de diferenciar os termos “ações afirmativas” de “políticas de ações afirmativas” encontrados na maioria dos textos. Para Vieira (2003), “políticas de ações afirmativas” consistem em práticas emanadas do Estado e das diversas instituições e instâncias governamentais. Já no caso das “ações e/ou iniciativas afirmativas”, podemos compreendê-las como formas/práticas de organização da sociedade civil.

Nesse subtópico, tomamos a noção de ações afirmativas pensada por Silva Filho e Cunha (2014) para pensar a produção da literatura científica brasileira, onde podem ser compreendi-

das como ações “compensatórias” e que almejam a correção de uma situação de discriminação e de desigualdade em que se encontram determinados grupos sociais. Assim como para Vieira (2003), interessa-nos pensar o conceito de ações afirmativas no seu aspecto sociopolítico, ou seja, buscando entendê-lo tanto como medida implementada pelo Estado, como também por iniciativa e de luta da sociedade civil organizada.

Para os/as pesquisadores/as, em nosso país, essa construção começa a ser esboçada a partir dos anos 2000 com proposições para o enfrentamento das desigualdades históricas de acesso dos/as candidatos/as às universidades públicas, levando em conta suas condições de classe, de raça e de etnia. Medeiros (2009), ao realizar uma análise sociológica do processo jurídico e político das ações afirmativas no contexto brasileiro, apontam-nos alguns marcos que singularizam essa construção quando comparada com outros contextos internacionais. Nesse processo, destaca-se a participação contundente dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro que, durante o percurso de elaboração e aprovação, trouxe o debate sobre democracia racial e igualdade racial na leitura das desigualdades na sociedade brasileira.

A justiça social materializada no alcance de direitos implica, para o entendimento das políticas de ação afirmativa, articular os campos da educação e do trabalho, como forma de refletir sobre a falta de mobilidade social da população negra na sociedade capitalista contemporânea. O Projeto de Lei n.º 73/99, discutido no âmbito governamental desde 1999, iniciou o debate sobre a reserva de vagas no ingresso das universidades federais e estaduais.

Em 2001, após a Conferência de Durban, conhecida como Terceira Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de intolerância promovida pela ONU contra a xenofobia e o racismo mundial, tais políticas de ações afirmativas ganham notoriedade no Brasil. Entretanto, apenas em 2012, sob sanção da Presidente Dilma Rousseff, conferiu-se a constitucionalidade das cotas raciais e sociais nas universidades e institutos técnicos federais (Barros, 2019). A Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012) determinou a reserva de 50% das matrículas por curso a alunos/as de escolas públicas, com distribuição proporcional para negros/as e indígenas conforme localização da instituição de ensino.

As cotas raciais, como uma ação dentro das políticas afirmativas, é relatada como a principal forma de materializar como a universidade tentou operacionalizar a RSU em torno da complexa rede desigual de acesso ao ensino superior. No Brasil, vale destacar novamente que a política de reserva de vagas, com maior visibilidade a partir da instituição do recorte racial como critério, tornou-se viável, sobretudo, por mudanças nas posições do Estado no que tange ao tema do racismo no Brasil (Barcellos & Souza, 2020). Tais acontecimentos colocam em debate a estruturação da nossa sociedade a partir da categoria política da raça, deslocam a concepção limitada de que tais ações se referem somente às políticas de reserva de vagas no ensino superior. Isso significa, como nos lembram as autoras, compreender as ações afirmativas na interface

das relações estabelecidas com a sociedade civil e os interesses políticos que estão em jogo em determinado momento histórico.

Outrossim, quando se analisam as políticas de afirmação implantadas pelo governo Lula/Dilma que dizem respeito à razão econômica e social, aliada à racial, nota-se a importância dessas questões e o privilégio dado a essas discussões dentro da agenda da educação superior, além da tentativa de ampliar e democratizar o acesso de populações historicamente marginalizadas às universidades. Dentre as iniciativas, citamos o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), regulamentado pela Lei n.º 10.260 em 2001, e o PROUNI (Programa Universidade para Todos), instituído pela Lei n.º 11.096 de janeiro de 2005, promovendo a concessão de financiamento de cursos superiores não gratuitos e concedendo bolsas de estudo integrais e parciais. Ações como essas demonstram que o conceito de RSU ganha cada vez mais espaço no meio e influência na inserção daquele grupo no cenário atual.

Conforme apontado por Barros (2019), na conjuntura de retrocessos sociais dos últimos anos, o emblema da trajetória de um grupo de indivíduos com perfil étnico e social específico inclui experiências que expressam lacunas no acesso a direitos fundamentais, tais como: saúde, assistência social e educação. Embora as políticas e ações afirmativas discutidas neste tópico ainda não alcancem completamente os pressupostos almejados pela dimensão da RSU, fazem parte do escopo das ferramentas necessárias ao escape das relações de exploração e subalternização pré-existentes no país.

Considerações finais

Nota-se que a RSU se apresenta como um conceito amplo e dinâmico, e atrelado às diversas esferas sociais nas quais o ser humano está inserido. Além disso, é importante perceber que é uma ideia construída a partir de visões históricas e também do processo formador da sociedade brasileira atual. Nesse contexto, vê-se a importância da aplicação prática das políticas afirmativas que já existem, bem como da defesa dessas. Ademais, é primordial entender que políticas inclusivas já existentes ainda não são suficientes para contemplar a necessidade dessa parcela representativa da população.

A RSU como conceito atrelado às práticas de gestão possui referências em outras perspectivas organizacionais, bem como a Governança Corporativa e Responsabilidade Social Corporativa, que redimensiona a função social da universidade desde os processos institucionais, decisões compartilhadas, como no caso dos *stakeholders* tão presentes nas universidades brasileiras, das culturas institucionais e gestão de pessoas, numa sistemática de democratização dos processos orgânicos da instituição de ensino. Por outro lado, este conceito aparece nos processos de ensino

universitário. Enfaticamente, os estudos analisados evidenciam o tema da sustentabilidade e da relação universidade-escola nas políticas de extensão universitária como cenários e práticas de atuação possíveis da RSU.

Com isso, no Brasil, no que se refere à RSU mais efetiva, os estudos mostram, a partir de uma ideia de comportamento socialmente responsável, que este conceito de RSU tem relação com os processos de gestão e cultura institucional onde tendem a produzir: pluralidade (atingir todos os públicos e interfaces sociais); cultura distributiva (ética na instituição); sustentável (recursos e suportes continuados); e transparente (balanço social, e performance da instituição – reconhecimento social). Portanto, no Brasil as temáticas de responsabilidade ambiental e de políticas afirmativas se mostram como função social de reparação das injustiças sociais e desigualdades no acesso à formação universitária.

Agradecimentos: *A Funcap – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.*

Referências bibliográficas

- Aguiar, Vilma (2016). Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: Continuidade e ruptura. *Revista de Sociologia e Política*, 24(57), 113-126. <https://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245708>
- Barcellos, Luciana F., & Souza, Solange J. (2020). Políticas de ações afirmativas na educação e as contribuições da psicologia sócio-histórico-cultural. *Revista Polis e Psique*, 10(1), 207-226. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.90297>
- Barros, Clarissa R. (2019). Universidade e mercado de trabalho: A trajetória social dos alunos cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da Uerj. *Em Pauta*, 43(17), 172-186. <https://doi.org/10.12957/rep.2019.42538>
- Bortolanza, Juarez (2017). Trajetória do ensino superior brasileiro: Uma busca da origem até a atualidade. *Anais XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária*. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/181204>
- Brown, Wendy (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Editora Filosófica Politeia.
- Calderón, Adolfo I., Pedro, Rodrigo F., & Vargas, Maria Caroline (2011). Responsabilidade social da educação superior: A metamorfose do discurso da UNESCO em foco. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 15(39), 1185-1198. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832011000400017>
- Chaves, Vera J. (2010). Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: A formação dos oligopólios. *Educação & Sociedade*, 31(111), 481-500. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200010>
- Coelho, Sintia S., & Vasconcelos, Maria Celi C. (2009). A criação das instituições de ensino superior no Brasil: O desafio tardio na América Latina. *Anais do IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/37012>

- Costa, Angelo B., & Zoltowski, Ana Paula C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In Silvia H. Koller, Maria Clara P. Couto, & Jean Von Hohendorff (Eds.), *Manual de produção científica* (pp. 55-70). Grupo A.
- Donato, Helena, & Donato, Mariana (2019). Stages for undertaking a systematic review. *Acta Médica Portuguesa*, 32(3), 227-235. <http://dx.doi.org/10.20344/amp.11923>
- Felipe, André C., & Gomes, Jesiel F. (2014). A parceria entre ciência da informação e responsabilidade social universitária para fins de inclusão social. *RDBCI: Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 12(1), 147-163. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v12i1.1622>
- Fórum de Pró-reitores de Extensão da Universidades Públicas Brasileiras. (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>
- Galvão, Taís F., Pansani, Thais A., & Harrad, David (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335-342. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- Garcia, Mariane V., & Torres, Adriana G. (2016). Compromisso social da universidade no Brasil: Um panorama histórico. *Anais do XVI Colóquio Internacional de Gestão Universitária*. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/171046>
- Jacobsen, Alessandra L., Olivo, Luís C., Cardoso, Nilton B., & Santos, Ricardo D. (2015). Desafios da inclusão de pessoas com deficiência: Um projeto de responsabilidade social da Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL*, 8(3), 93-113. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2015v8n3p93>
- Lima, Mariete A., Neto, Macário F., & Pompeu, Randal M. (2020). Projeto de extensão no ensino superior como prática de responsabilidade social. *Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, 9(18), 1-12. <https://doi.org/10.5902/2318133839368>
- Lohn, Vanderléia M. (2011). Indicadores de responsabilidade social: Uma proposta para as instituições de ensino superior. *Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL*, 4(1), 110-128. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2011v4n1p110>
- Lorandi, Paulo A. (2016). Extensão universitária como responsabilidade social: Análise de uma prática. *Revista Eventos Pedagógicos*, 7(1), 148-167. <https://cutt.ly/flc0Tfw>
- Marco, Ricardo A., & Sarmento, Dirleia F. (2019). Educação de qualidade e responsabilidade social universitária: Uma relação indissociável. *Revista Linhas*, 20(43), 234-255. <https://cutt.ly/tlc0vdZ>
- Medeiros Júnior, Geraldo J. (2004). Universidade e responsabilidade social. *Anais do IV Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul*. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35681>
- Medeiros, Priscila M. (2009). Contextos e significados das ações afirmativas no ensino superior brasileiro: Aspectos sociojurídicos e a desconstrução do pacto de silêncio. *Sociedade e Cultura*, 12(2), 251-262. <https://doi.org/10.5216/sec.v12i2.9098>
- Menegat, Jardelino, Marco, Ricardo A., & Sarmento, Dirleia F. (2018). Qualidade da educação superior e a responsabilidade social. *Roteiro*, 43(1), 297-316. <https://doi.org/10.18593/r.v43i1.15136>

- Nascimento, José L., Curi, Rosires C., Curi, Wilson F., & Souza, Cleber B. (2015). Metodologia para avaliar a responsabilidade social das universidades públicas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 20(3), 685-702. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772015000300008>
- Nogueira, Maria Graça S., García, Tania M., & Ramos, Maria Graça G. (2012). Governança corporativa, responsabilidade social corporativa: A visão de atores de uma instituição de ensino superior – IES federal. *Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL*, 5(3), 222-244. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2012v5n3p222>
- Ribeiro, Raimunda C., & Magalhães, António M. (2014). Política de responsabilidade social na universidade: Conceitos e desafios. *Educação, Sociedade & Culturas*, 42, 133-156.
- Rodrigues, Heliana C., & Souza, Vera B. (1987). A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In Vida Kamkhagi & Osvaldo Saidon (Orgs.), *Análise institucional no Brasil: Favela, hospício, escola, FUNABEM* (pp. 27-46). Rosa dos Tempos.
- Sampaio, Rosana F., & Mancini, Marisa C. (2007). Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 11(1), 83-89. <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>
- Santos Filho, José C. (2015). Crises da universidade e responsabilidade social. *Revista Internacional de Educação Superior*, 1(2), 211-226. <https://doi.org/10.22348/riesup.v1i2.7434>
- Seibert, Rosane M., & Macagnan, Clea B. (2019). Social responsibility information in the stakeholders' perspective: Case study in a Brazilian philanthropic higher education organization. *Journal of Information Systems and Technology Management*, 16, e201916011. <https://doi.org/10.4301/s1807-1775201916011>
- Serao, Luiz J., Oliveira, Fátima D., Pires, Miriam A., & Sant'Anna, Anderson S. (2017). Valorização do tema "Responsabilidade Social" em instituições de ensino superior? Análise de cursos de Administração no estado do Rio de Janeiro. *Cadernos EBAP.BR*, 15(Spe), 462-481. <https://doi.org/10.1590/1679-395160284>
- Silva Filho, Penildon, & Cunha, Eudes O. (2014). As políticas de ações afirmativas na educação superior no Brasil sob a ótica da equidade. *IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação/ VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação*. https://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/PenildonSilvaFilho_GT2_Integral.pdf
- Silva, Élido S., & Silva, Gilmar P. (2020). Desdobramentos da teoria do capital humano: Assimilação do discurso empreendedor e empregabilidade. *Revista Educação em Questão*, 58(56), 1-23. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n56ID21192>
- Silva, Inês A. (2015). Responsabilidade social universitária, qualidade e pertinência social: Desafios à gestão. *Diálogo*, 29, 9-28. <http://dx.doi.org/10.18316/2238-9024.15.1>
- Simões, Mara L. (2013). O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. *Revista Temas Em Educação*, 22(2), 136-152. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783>
- Sobrinho, José D. (2015). Universidade fraturada: Reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 20(3), 581-601. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772015000300002>
- Sobrinho, José D. (2018). Responsabilidade social da universidade em questão. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 23(3), 586-589. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000300001>

- Souza, Andreilza D., & Brandalise, Mary Ângela T. (2015). Democratização, justiça social e igualdade na avaliação de uma política afirmativa: Com a palavra, os estudantes. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 23(86), 181-212. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000100007>
- Teixeira, Anísio S. (1976). *Educação no Brasil* (2.ª ed.). Editora Nacional; INL.
- Vieira, Andréa C. (2003). Políticas de educação, educação como política. Observações sobre ação afirmativa como estratégia política. In Petronilha G. Silva & Valter R. Silvério (Orgs.), *Educação e ações afirmativas: Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica* (pp. 81-97). INEP.

Legislação brasileira

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm
- Lei n.º 10.260, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do ensino superior e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm
- Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm
- Lei n.º 11.096, de 13 de Jan*. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei n.º 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm
- Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm
- Portaria n.º 2.051, de 9 de julho de 2004*. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf
- Projeto de Lei da Câmara n.º 73, de 1999*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e dá outras providências. <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16MAR1999.pdf#page=78>

